

# **LINHA AMARELA S.A. - LAMSA**

CNPJ nº 00.974.211/0001-25

**ERRATA:** Nas Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31/12/2013 e 2012, das Demonstrações Financeiras publicadas no dia 24/03/2014.

<b>onde se lê:</b>	<b>leia-se:</b>
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$ (Nota 20)	Lucro por ação ordinária (básico e diluído) - R\$ (Nota 20)
Prejuízo por ação preferencial (básico e diluído) - R\$ (Nota 20)	Lucro por ação preferencial (básico e diluído) - R\$ (Nota 20)



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**SENHORES ACIONISTAS:**

É com satisfação que submetemos a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do parecer dos auditores independentes.

**1 - INTRODUÇÃO**

Tendo completado 16 anos em 2013, a **Linha Amarela** se consolidou como um corredor de tráfego fundamental para o deslocamento dos cariocas, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela. A última pesquisa de satisfação mostrou que 84% dos usuários da via avaliam a administração da LAMSA como ótima ou boa. Mesmo com este indicador, a organização busca soluções para melhoria da fluidez do tráfego ao longo de toda a extensão, inclusive com ações fora da via principal. Passaram por nossa praça de pedágio 51 milhões de veículos em 2013, o que reafirma a importância da **Linha Amarela** como um dos principais eixos viários metropolitanos.

Através do planejamento estratégico da Companhia, desenvolvido de forma participativa e integrada, foram implementadas diversas ações nas áreas de gestão de pessoas, processos, comunicação, relacionamento com os usuários, modernização tecnológica, engenharia, pedágio e operação viária, tendo sempre como propósito dar mais conforto e segurança aos usuários da via.

**2 - AÇÕES DE DESTAQUE EM 2013**

Dentre os investimentos e manutenções realizadas no exercício, destacamos a recuperação do pavimento em vários trechos da via, limpeza de rios e canais, contenção de encostas, manutenção de passarelas e túneis,

reforço da sinalização vertical e horizontal, manutenção das câmeras e do circuito fechado de TV viário, permitindo monitoramento de 100% da via, aquisição e adaptação de novos veículos para inspeção e reboque, benfeitorias no Túnel Engenheiro Raimundo de Paula Soares, instalação de novos painéis de mensagens variáveis e ampliação do edifício sede.

**3 - ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**

Obedecendo ao estabelecido no Contrato de Concessão, a tarifa de pedágio foi reajustada em janeiro de 2013, passando de R\$ 4,70 para R\$ 5,00.

Em 2013, a Companhia apresentou resultados positivos dentro das metas estabelecidas, apurando um crescimento de 1,8% em sua receita operacional bruta frente ao inicialmente orçado.

**4 - ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL**

A LAMSA acredita na responsabilidade socioambiental como um passo para o desenvolvimento autossustentável das comunidades de seu entorno. Sendo assim, apóia diferentes projetos como forma de combater as desigualdades sociais e promover a inclusão social e geração de trabalho e renda. A responsabilidade socioambiental está presente na missão, visão e no planejamento estratégico, sendo expressa em suas ações e no relacionamento ético mantido com todos os públicos de relacionamento.

Com este espírito, gradativamente são ampliados os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, conseqüentemente, o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno da via.

Em 2013 os investimentos sociais com recursos próprios foram de

R\$ 356 mil. Esse valor foi acrescido pela utilização de recursos incentivados, como política de desoneração, através do aproveitamento das Leis Federais Rouanet, Incentivo ao Esporte e Fundação para a Infância e Adolescência - FIA, no montante de R\$ 709 mil e da Lei Municipal de Incentivo a Cultura-ISS, no montante de R\$ 1.428 mil, totalizando R\$ 2.493 mil. Com esses recursos foram realizados diversos projetos e campanhas voltadas para cultura, esporte, lazer, educação, saúde e meio ambiente, que alcançaram as 21 comunidades em seu entorno.

**5 - RECURSOS HUMANOS**

A valorização dos seus recursos humanos é uma questão estratégica para a LAMSA, que investe continuamente em treinamentos, no desenvolvimento profissional e na satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado.

**6 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que os Auditores Independentes não realizaram nenhum outro serviço além do acima referido.

**7 - AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos os colaboradores da LAMSA pela dedicação e empenho no desenvolvimento de suas atividades, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, aos nossos Acionistas pela confiança na administração da empresa e a todas as instituições, prestadores de serviços e fornecedores que contribuíram para o êxito alcançado neste exercício. Rio de Janeiro, 20 de março de 2014.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)**

	2013	2012
Receita líquida de serviços (Nota 14) .....	<b>233.387</b>	217.357
Receita de construção (Nota 14).....	<b>2.805</b>	40.764
Receita líquida.....	<b>236.192</b>	258.121
Custo dos serviços prestados (Nota 16).....	<b>(59.843)</b>	(42.115)
Custos de construção (Nota 16) .....	<b>(2.777)</b>	(40.360)
<b>Lucro bruto .....</b>	<b>173.572</b>	175.646
<b>Despesas e receitas operacionais</b>		
Gerais e administrativas (Nota 16) .....	<b>(28.781)</b>	(31.578)
Outras receitas operacionais, líquidas .....	<b>407</b>	215
Lucro antes das receitas e despesas financeiras....	<b>145.198</b>	144.283
Receitas financeiras (Nota 15) .....	<b>17.267</b>	9.158
Despesas financeiras (Nota 15) .....	<b>(37.496)</b>	(16.935)
	<b>(20.229)</b>	(7.777)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social .....</b>	<b>124.969</b>	136.506
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 6d).....	<b>(39.343)</b>	(42.326)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6d).....	<b>464</b>	(1.728)
<b>Lucro líquido do exercício .....</b>	<b>86.090</b>	92.452
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$(Nota 20) .....	<b>0,5526</b>	0,5935
Prejuízo por ação preferencial (básico e diluído) - R\$(Nota 20) .....	<b>0,5526</b>	0,5935
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)**

	2013	2012
Lucro líquido do exercício.....	<b>86.090</b>	92.542
Resultado abrangente no patrimônio líquido....	<b>-</b>	-
Total do resultado abrangente líquido de impostos ...	<b>86.542</b>	92.542
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)**

	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das operações</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social.....	<b>124.969</b>	136.506
Ajustes		
Margem de construção .....	<b>(28)</b>	(404)
Depreciação e amortização.....	<b>21.987</b>	10.259
Baixa de bens do imobilizado e intangível .....	<b>583</b>	4
Provisões para contingência .....	<b>60</b>	(833)
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas .....	<b>22.242</b>	15.626
<b>Lucro líquido ajustado .....</b>	<b>169.813</b>	161.158
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes .....	<b>1.056</b>	(2.574)
Depósitos judiciais.....	<b>(123)</b>	43
Impostos a recuperar.....	<b>(888)</b>	(59)
Despesa antecipada.....	<b>(275)</b>	(341)
Outros créditos .....	<b>(1.095)</b>	29
Fornecedores .....	<b>1.325</b>	(2.111)
Impostos, taxas e contribuições pagos .....	<b>(44.721)</b>	(45.735)
Obrigações trabalhistas.....	<b>718</b>	(541)
Partes relacionadas.....	<b>(3.498)</b>	1.158
Adiantamento de clientes .....	<b>(3.665)</b>	(1.771)
Outras obrigações .....	<b>(6)</b>	(45)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas operações.....</b>	<b>118.641</b>	109.211
<b>Fluxos de caixa de investimento</b>		
Aplicação financeira .....	<b>11.756</b>	(11.756)
Debênture a receber (juros) .....	<b>15.899</b>	(156.599)
Aquisição de intangível.....	<b>(6.650)</b>	(24.714)
Aquisição de imobilizado .....	<b>(8.434)</b>	(3.404)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento.....	<b>12.571</b>	(196.473)
<b>Fluxos de caixa de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures.....	<b>-</b>	566.722
Pagamento de empréstimos.....	<b>(36.461)</b>	(388.262)
Dividendos pagos .....	<b>(118.143)</b>	(53.464)
JSCP .....	<b>(8.828)</b>	(3.912)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento .....	<b>(163.432)</b>	121.084
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa .....	<b>(32.220)</b>	33.822
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	<b>36.359</b>	2.537
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício .....	<b>4.139</b>	36.359
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa .....	<b>(32.220)</b>	33.822
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

**2.4. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do imobilizado equipamentos e peças de reposição estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

**2.5. Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)**

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	<b>4.139</b>	36.359	Fornecedores .....	<b>1.401</b>	76
Aplicação financeira (Nota 4) .....	<b>-</b>	11.756	Debêntures (Nota 11) .....	<b>3.424</b>	2.947
Créditos a receber (Nota 5) .....	<b>11.138</b>	12.194	Impostos, taxas e contribuições (Nota 6b) .....	<b>3.265</b>	1.932
Impostos a recuperar (Nota 6a).....	<b>1.827</b>	939	Imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 6c).....	<b>9.232</b>	15.237
Debêntures (Nota 8) .....	<b>1.226</b>	2.429	Obrigações trabalhistas .....	<b>5.553</b>	4.835
Partes relacionadas (Nota 8).....	<b>5.325</b>	516	Adiantamento de clientes .....	<b>-</b>	3.665
Despesas antecipadas .....	<b>1.120</b>	845	Partes relacionadas (Nota 8).....	<b>3.136</b>	1.674
Outros créditos .....	<b>1.809</b>	714	Dividendos a pagar (Nota 8) .....	<b>7.002</b>	15.113
<b>Total do ativo circulante.....</b>	<b>26.584</b>	65.752	Outras obrigações.....	<b>717</b>	723
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>Total do passivo circulante .....</b>	<b>33.730</b>	46.202
Debêntures (Nota 8).....	<b>154.170</b>	154.170	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Partes relacionadas (Nota 8).....	<b>151</b>	-	Debêntures (Nota 11) .....	<b>386.722</b>	386.722
Depósitos judiciais (Nota 7).....	<b>2.737</b>	2.614	Provisão para contingências (Nota 12).....	<b>515</b>	455
Investimento .....	<b>145</b>	145	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6d).....	<b>4.232</b>	4.696
Imobilizado (Nota 9) .....	<b>19.172</b>	14.118	<b>Total do passivo não circulante.....</b>	<b>391.469</b>	391.873
Intangível (Nota 10) .....	<b>325.059</b>	337.571	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)</b>		
<b>Total do ativo não circulante .....</b>	<b>501.434</b>	508.618	Capital social .....	<b>54.118</b>	54.118
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>	<b>528.018</b>	574.370	Reservas de lucros .....	<b>10.824</b>	10.824
			Proposta de distribuição de dividendos adicionais ...	<b>37.877</b>	71.353
			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>528.018</b>	574.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendo adicional	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011 .....</b>	<b>54.118</b>	<b>10.824</b>	<b>-</b>	<b>51.390</b>	<b>116.332</b>
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(49.376)</b>	<b>(49.376)</b>
Lucro líquido do exercício.....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>92.452</b>	<b>-</b>	<b>92.452</b>
Dividendos mínimos obrigatórios .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(23.113)</b>	<b>-</b>	<b>(23.113)</b>
Dividendos adicionais a distribuir .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(69.339)</b>	<b>69.339</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012 .....</b>	<b>54.118</b>	<b>10.824</b>	<b>-</b>	<b>71.353</b>	<b>136.295</b>
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26.690)</b>	<b>(71.353)</b>	<b>(98.043)</b>
Lucro líquido do exercício.....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86.090</b>	<b>-</b>	<b>86.090</b>
Dividendos mínimos obrigatórios .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(21.523)</b>	<b>-</b>	<b>(21.523)</b>
Dividendos adicionais a distribuir .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(37.877)</b>	<b>37.877</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013 .....</b>	<b>54.118</b>	<b>10.824</b>	<b>-</b>	<b>37.877</b>	<b>102.819</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)**

**1. Informações gerais**

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

**2. Políticas contábeis**

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

**2.1. Reconhecimento de receita**

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) **Receita de serviços**

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) **Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)**

	2013	2012
<b>Receitas.....</b>	<b>258.943</b>	279.145
Receita de serviços .....	<b>255.731</b>	238.166
Receita de construção.....	<b>2.805</b>	40.764
Outras receitas .....	<b>407</b>	215
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
(inclui ICMS e IPI) .....	<b>(42.293)</b>	(76.250)
Custos de serviços prestados .....	<b>(20.871)</b>	(11.197)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros..	<b>(16.515)</b>	(24.693)
Custo de construção .....	<b>(2.777)</b>	(40.360)
Perda/recuperação de valores ativos .....	<b>(2.130)</b>	-
<b>Valor adicionado bruto.....</b>	<b>216.650</b>	202.895
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização .....	<b>(21.987)</b>	(10.259)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....</b>	<b>194.663</b>	192.636
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras .....	<b>17.267</b>	9.158
<b>Valor adicionado total a distribuir.....</b>	<b>211.930</b>	201.794
<b>Distribuição do valor adicionado .....</b>	<b>211.930</b>	201.794
Pessoal e encargos.....	<b>22.516</b>	23.278
Impostos, taxas e contribuições		
Impostos federais .....	<b>52.318</b>	56.893
Impostos municipais.....	<b>13.010</b>	12.116
Impostos estaduais.....	<b>321</b>	120
Juros, aluguéis e terceiros.....	<b>37.675</b>	16.935
Lucros retidos .....	<b>86.090</b>	92.452
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

c) **Receitas de construção**

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessão rodoviária, e que tal concessão é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme



Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**2.6. Provisão para recuperação de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2013 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

**2.7. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**2.8. Tributação**

As receitas brutas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social.....	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social .....	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza.....	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	

(\*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 5,00%.

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas:

- (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses);
- (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**2.9. Benefícios aos empregados**

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. A Companhia não patrocina planos de pensão ou benefícios pós-emprego.

**2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não identificou ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

**2.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

**Julgamentos**  
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**  
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das

autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

**2.13. Instrumentos financeiros**

**a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pela caixa e equivalentes de caixas, créditos a receber, contas a pagar e empréstimos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

**b) Mensuração subsequente**

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**2.14. Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**2.15. Contratos de concessão - ICPC 01**

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

**2.16. Resultado por ação**

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

**2.17. Novos pronunciamentos contábeis**

Não existem pronunciamentos emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Adicionalmente, alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2013, sendo os impactos sujeitos a avaliação por parte da Administração da Companhia. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

**3. Contrato de concessão**

A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa

denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição.
- Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira.
- Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende.
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente a Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho.
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha.
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha.
- Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno.
- Ampliação do viaduto de Manginhos e de seus acessos.
- Urbanização de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes Investimentos que serão realizados pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A extensão do prazo de concessão gerou um compromisso de construir no montante de R\$256.737 (incluindo reajustes anuais de custo) dos quais a sua totalidade já foram destinados não restando saldo de adiantamento em aberto na data de 31 de dezembro de 2012 (R\$247.608 em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$245.209 de custos incorridos e R\$3.399 de adiantamentos concedidos, restando o montante de (R\$4.090 em 31 de dezembro de 2011).

O contrato de concessão acima sumariado foi classificado como ativo intangível na medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela LAMSA. Não houve alteração relevante no contrato de concessão citado acima.

**4. Caixa e equivalente de caixa**

	2013	2012
Caixa e bancos.....	4.139	4.058
Certificado de depósitos bancários - CDB .....	-	32.301
Caixa e equivalentes de caixa .....	4.139	36.359
Fundos não exclusivos de investimento de renda.....	-	11.756
Saldo de aplicações financeiras .....	-	11.756

**5. Créditos a receber**

	2013	2012
Cartões de crédito .....	28	1.985
Concessionárias de rodovias (a).....	10.016	9.634
Outros.....	1.094	575
	11.138	12.194

(a) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via.

**6. Impostos, taxas e contribuições**

**a) Impostos a recuperar**

	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social.....	1.699	813
Imposto sobre serviços .....	128	126
	1.827	939

Os impostos a recuperar no circulante referem-se basicamente às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia cuja previsão de realização é menor que doze meses.

**b) Impostos e contribuições a recolher**

	2013	2012
Imposto sobre serviço .....	1.132	1.057
Impostos retidos na fonte .....	247	186
Contribuição para financiamento da seguridade social - Cofins .....	670	508
Programa de integração social - PIS.....	145	110
Outros.....	1.071	71
Total .....	3.265	1.932

**c) Imposto de renda e contribuição social**

	2013	2012
Imposto de renda.....	6.623	10.852
Contribuição social .....	2.609	4.385
Total .....	9.232	15.237

**d) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Natureza	2013	2012	Fundamento para realização
Provisão para contingências.....	192	155	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Participação nos lucros e resultados ..	933	808	Expectativa de realização conforme pagamento de participação nos lucros e resultados da CIA.
Regime Tributário de Transição - RTT.....	(5.357)	(5.659)	Expectativa de realização conforme definição do RTT.
	(4.232)	(4.696)	

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social.....	124.969	136.506
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social .....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação.....	(42.489)	(46.412)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período .....	-	-
Adições permanentes.....	(1.059)	(510)
Exclusões permanentes .....	3.951	1.330
Outros .....	-	1.461
Exclusão de bases fiscais negativas .....	718	77
Total dos impostos no resultado .....	(38.879)	(44.054)

**7. Depósitos judiciais**

	2013	2012
Civil.....	91	91
Tributário.....	2.485	2.362
Trabalhista .....	161	161
Total .....	2.737	2.614

Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compenhou o valor recolhido ao fisco.

Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o valor depositado judicialmente será recuperado, não sendo necessária a constituição de provisão para contingências.

**8. Partes relacionadas**

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões de administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como

administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Em relação aos mútuos realizados entre as partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento e melhor gestão das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros compatíveis com o mercado.

anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses. A Companhia, em 31 de dezembro de 2013, atendeu as referidas condições restritivas.

**Composição**

Parte relacionada	Transação	2013					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)
INVEPAR	Nota de débito	13	-	(1.302)	-	-	-
INVEPAR	Dividendos	-	-	(7.002)	-	-	-
CART	Nota de débito	41	-	-	-	-	-
LAMBRA	Nota de débito	329	-	-	-	-	-
PEX	Nota de débito	4.942	151	(1.834)	-	-	-
METRÔ	Debênture	1.226	154.170	-	-	14.696	-

Parte relacionada	Transação	2012					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)
INVEPAR	Nota de débito	128	-	1.674	-	304	-
INVEPAR	Dividendos	-	-	15.113	-	-	-
LAMBRA	Nota de débito	388	-	-	-	388	-
METRÔ	Debênture	2.429	154.170	-	-	4.634	-

**Remuneração da administração**  
A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$996 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.393 em 31 de dezembro de 2012).

Composição		2013	2012
Pró-labore		463	636
Bônus/PLR		295	437
Encargos		152	215
Outros benefícios de curto prazo		86	105
<b>Total</b>		<b>996</b>	<b>1.393</b>

**9. Imobilizado**

Custo	Taxas anuais de depreciação %	2013				
		2012	Adições	Baixas	Transferência	2013
Proteção acústica	4	520	-	(520)	-	-
Etiquetas eletrônicas	20	5.378	101	(5.205)	-	274
Instalações	10	3.570	-	(11)	-	3.559
Máquinas e equipamentos	10	9.195	1.515	(56)	(2)	10.652
Móveis e utensílios	10	906	183	(64)	-	1.025
Veículos	20	4.956	1.460	(1.505)	2	4.913
Benefitorias	4	3.276	5	-	-	3.281
Equipamentos de informática	20	3.189	547	(80)	-	3.656
Imobilizado em andamento	-	-	4.623	-	-	4.623
		30.990	8.434	(7.441)	-	31.983

Depreciação	Taxas anuais de depreciação %	2013				
		2012	Adições	Baixas	Transferência	2013
Proteção acústica		(308)	-	308	-	-
Etiquetas eletrônicas		(4.957)	(194)	4.970	-	(181)
Instalações		(1.712)	(474)	7	-	(2.179)
Máquinas e equipamentos		(3.001)	(929)	20	1	(3.909)
Móveis e utensílios		(558)	(68)	35	-	(591)
Veículos		(3.356)	(617)	1.456	(1)	(2.518)
Benefitorias		(663)	(131)	-	-	(794)
Equipamentos de informática		(2.317)	(384)	62	-	(2.639)
		(16.872)	(2.797)	6.858	-	(12.811)
Imobilizado líquido		14.118	5.637	(583)	-	19.172

Custo	Taxas anuais de depreciação %	2012				
		2011	Adições	Baixas	Transferência	2012
Proteção acústica	4	520	-	-	-	520
Etiquetas eletrônicas	20	6.504	96	-	(1.222)	5.378
Instalações	10	3.539	31	-	-	3.570
Máquinas e equipamentos	10	7.208	1.991	(4)	-	9.195
Móveis e utensílios	10	882	24	-	-	906
Veículos	20	3.114	620	-	1.222	4.956
Benefitorias	4	2.746	530	-	-	3.276
Equipamentos de informática	20	3.113	113	(37)	-	3.189
		27.626	3.405	(41)	-	30.990

Depreciação	Taxas anuais de depreciação %	2012				
		2011	Adições	Baixas	Transferência	2012
Proteção acústica		(286)	(22)	-	-	(308)
Etiquetas eletrônicas		(5.987)	(190)	611	609	(4.957)
Instalações		(1.235)	(477)	-	-	(1.712)
Máquinas e equipamentos		(2.263)	(748)	10	-	(3.001)
Móveis e utensílios		(514)	(71)	27	-	(558)
Veículos		(2.154)	(593)	-	(609)	(3.356)
Benefitorias		(620)	(98)	55	-	(663)
Equipamentos de informática		(2.118)	(333)	134	-	(2.317)
		(15.177)	(2.532)	837	-	(16.872)
Imobilizado líquido		12.449	873	796	-	14.118

De acordo com o CPC01(R1) -, Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A Companhia não possui ativos dados em garantia nas operações de financiamento.

**10. Intangível**

Intangível - custo	Taxas anuais de amortização %	2013				
		2012	Adições	Baixas	Transferência	2013
Software	20	5.375	401	-	-	5.776
Sistema automatizado	10	254	-	-	-	254
Direitos de concessão	Prazo de concessão	458.829	931	-	-	459.760
Intangível em construção		-	5.346	-	-	5.346
		464.458	6.678	-	-	471.136

Intangível -amortização	Taxas anuais de amortização %	2013				
		2012	Adições	Baixas	Transferência	2013
Amortização acumulada software e sistemas automatizados		(3.872)	(498)	-	-	(4.370)
Direitos de concessão		(123.015)	(18.692)	-	-	(141.707)
		(126.887)	(19.190)	-	-	(146.077)
Intangível líquido		337.571	(12.512)	-	-	325.059

Intangível - custo	Taxas anuais de amortização %	2012				
		2011	Adições	Baixas	Transferência	2012
Software	20	4.309	1.066	-	-	5.375
Sistema automatizado	10	254	-	-	-	254
Direitos de concessão	Prazo de concessão	265.447	-	-	193.382	458.829
Intangível em construção		152.332	41.050	-	(193.382)	-
		422.342	42.116	-	-	464.458

Intangível -amortização	Taxas anuais de amortização %	2012				
		2011	Adições	Baixas	Transferência	2012
Amortização acumulada software e sistemas automatizados		(3.294)	(730)	152	-	(3.872)
Direitos de concessão		(115.062)	(7.953)	-	-	(123.015)
		(118.356)	(8.683)	152	-	(126.887)
Intangível líquido		303.986	33.433	152	-	337.571

A Companhia tem realizado ampliações e melhorias objetos dos contratos de concessão. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital externo, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não efetuou capitalização de juros. Uma vez que não houve obras consideradas como ativo qualificável. (R\$15.187 em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A Companhia não possui intangíveis dados em garantia nas operações de financiamento.

**11. Debêntures**

Em 10 de janeiro de 2012 a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$180.000. Sobre as debêntures incidiram juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 04 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão mencionado na Nota 3. Em 06 de julho de 2012 estas debêntures foram totalmente liquidadas, com o resgate antecipado no montante total de R\$188.660.

Em 31 de maio de 2012 a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 (um mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As Debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano, base 252 dias. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiodor a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (MetroRio).

O prazo de vencimento das debêntures é de quinze anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012 e o último pagamento na data de vencimento das debêntures.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$232.552, será utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% do CAPEX de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$154.170, será utilizada para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos Projetos do Fiodor, previstos em seu Plano de Investimentos do Fiodor. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiodor.

Durante o prazo de vigência das Debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos); e (2) Dívida Líquida/ EBITDA igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices

**12. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais**  
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2012	Provisões adicionais	Provisões revertidas	Saldo em 31/12/2013
Trabalhistas	297	117	(69)	345
Cíveis	158	24	(12)	170
<b>Total</b>	<b>455</b>	<b>141</b>	<b>(81)</b>	<b>515</b>

a) **Contingências cíveis**  
A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

b) **Contingências trabalhistas**  
A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda, estimadas em R\$5.434 em 31 de dezembro de 2013 (R\$3.498 em 31 de dezembro de 2012).

**13. Patrimônio líquido**

a) **Capital social**  
O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**  
O estatuto social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente o estatuto social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

Em 30 de abril de 2012, a Companhia provisionou o montante de R\$3.912 referente a Juros s/Capital Próprio e o montante de R\$45.464 referente a dividendos os quais foram pagos em 11 de julho de 2012.

Em 28 de dezembro de 2012 foram pagos R\$8.000 de dividendos a título de antecipação de dividendos de 2012, conforme aprovado pelo Conselho de Administração datado de 28 de dezembro de 2012.

Em 28 de março de 2013 foram pagos R\$15.113 de dividendos referentes ao 1º semestre de 2012.

Em 26 de abril de 2013 foram pagos R\$52.524 de dividendos, sendo R\$50.510 referente ao exercício de 2012 e R\$2.014 referentes a exercícios anteriores; e R\$4.829 JSCP referentes ao exercício de 2012.

Em 21 de junho de 2013 foram pagos R\$10.000 de dividendos referentes ao ano de 2012.

Em 5 de julho de 2013 foram pagos R\$4.000 de dividendos referentes ao ano de 2012.

Conforme reunião do conselho de administração de 19 de setembro de 2013 e posteriormente ratificada pela ata de Reunião do Conselho de Administração, celebrada em 20 de dezembro de 2013, no ano de 2013 foram pagos os dividendos e JSCP referente ao exercício de 2013 no total de R\$48.213. Restando em aberto o saldo de R\$7.002.

	2013	2012
Receita bruta de pedágio	255.731	238.166
Receita de contrato de construção	2.805	40.764
Deduções da receita	(22.344)	(20.809)
	<b>236.192</b>	<b>258.121</b>

**15. Resultado financeiro**

	2013	2012
Descontos obtidos	9	2
Juros sobre aplicações financeiras	1.408	4.069
Juros ativos	19	324
Variação monetária ativa	239	185
Varição cambial ativa	55	-
Juros sobre debêntures partes relacionadas	14.696	4.577
Outros	841	1
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>17.267</b>	<b>9.158</b>
Comissões e despesas bancárias	(467)	(750)
Juros sobre empréstimos	(36.938)	(15.627)
Outros	(91)	(558)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(37.496)</b>	<b>(16.935)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(20.229)</b>	<b>(7.777)</b>

**16. Despesas por natureza**

	2013	2012
Operacionais, gerais e administrativas	39.917	40.067
Pessoal e encargos	26.720	23.278
Depreciação e amortização	21.987	10.259
Marketing e venda de serviços	-	89
Custo de construção	2.777	40.360
	<b>91.401</b>	<b>114.053</b>
Custo de serviços	59.843	42.115
Custo de construção	2.777	40.360
Despesas gerais e administrativas	28.781	31.578
	<b>91.401</b>	<b>114.053</b>

**17. Seguros**

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora
LAMSA	Garantia	18.160	18/12/13 a 18/12/14	Fairfax Brasil
LAMSA	Responsabilidade Civil geral	50.000	01/08/13 a 01/08/14	Tóquio Marine
LAMSA	Riscos operacionais	200.000	01/08/13 a 01/08/14	Tóquio Marine

**18. Compromissos e responsabilidades**

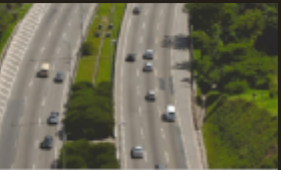
Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

Contratado	Serviço	Valor mensal	Data assinatura	Prazo vigência
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	R\$130	10/11/2008	Indeterminado
Gap Rent a Car	Resgate com guinchos	R\$101	01/01/2013	60 meses
Arjo	Segurança	R\$110	31/03/2012	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

**19. Instrumentos financeiros**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e



Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

As operações da Companhia estão sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e empréstimos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros do empréstimo estão vinculadas à variação do CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, os quais nem todos estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos com características de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário		
	Provável	A	B
TR passivo	0,46%	0,58%	0,69%
TR ativo	0,46%	0,35%	0,23%

\* Refere-se à taxa TR em 31 de dezembro de 2013.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

*Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros*

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco	Cenário		
		provável	Cenário A	Cenário B
Debênture CEF	TR	306.669	310.283	313.837
Debênture Metrô a receber	TR	122.147	120.759	119.346

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício de 2013.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados em 31 de dezembro de 2013.

**20. Resultado por ação**

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as Demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2013			2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia.....	28.694	57.396	86.090	30.817	61.635	92.452
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações .....	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído de números de ações.....	0,5526	0,5526		0,5935	0,5935	

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

**21. Outros assuntos**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 ("IN 1.397") e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 ("MP 627") que: revoga o Regime Tributário de Transição ("RTT") a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo preliminar dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

**A ADMINISTRAÇÃO**

William de Souza Maia  
Contador - CRC: 104673/O-2 CRC RJ

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria

inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014.



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4